



ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania

(N)o Mundo (d)a (Revira)volta – formas alternativas de distribuição numa era de globalização: o Comércio Justo

COELHO, Sandra Lima

Mestre em Desenvolvimento e Inserção Social

Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

scoelho@letras.up.pt

Resumo

Reflexão sobre uma perspectiva de compreensão da emergência do movimento do Comércio Justo numa era de globalização. Apresentação de alguns resultados provenientes de um estudo de caso que incidiu sobre uma instituição que detém como objectivos a divulgação dos princípios do Comércio Justo, assim como a comercialização de produtos oriundos desta forma de comércio alternativa, a Associação Reviravolta. Destacam-se os domínios de acção e formas de actuação desta organização, bem como a acção que nela desenvolvem os seus protagonistas: dirigentes, associados e voluntários. Isto é, enuncia-se o modo como se estruturam os seus elementos, e qual o tipo de interacção existente entre os diferentes agentes que a compõem, ou seja, assinalam-se os seus elementos culturais e simbólicos, e caracteriza-se a organização enquanto corpo socializado.

Palavras-chave: Participação social, desigualdade, globalização, educação para o desenvolvimento





1. Breves elementos de contextualização

A presente comunicação resulta de uma dissertação desenvolvida no âmbito do curso de Mestrado em Desenvolvimento e Inserção Social, leccionado na Faculdade de Economia da Universidade do Porto. O tema-base dessa dissertação consubstanciou-se no Comércio Justo (CJ), que se define como uma parceria entre produtores desfavorecidos do Hemisfério Sul do mundo, e consumidores do Norte, que tem como finalidade ultrapassar as dificuldades enfrentadas pelos primeiros no que respeita ao acesso ao mercado. Este movimento, iniciado na Holanda há cerca de 60 anos, pretende promover a equidade social, a protecção do ambiente e a segurança económica, através da actividade comercial.

A interacção económica em escala global tem-se consolidado, nos últimos tempos, como o pilar em torno do qual se alicerça o progresso económico mundial. O comércio, a comunicação e o conhecimento científico e tecnológico têm contribuído para diminuir a pobreza no mundo. Todavia, todo este progresso não abrange de forma igualitária a população mundial. Efectivamente, os benefícios de um comércio de dimensão mundial ainda não se fizeram sentir uniformemente à escala mundial, apenas se reflectem em alguns nichos específicos. Para que tal se concretize, é necessário criar condições para uma maior e mais justa partilha dos benefícios advindos do comércio. O CJ é um movimento que pretende promover a mudança a nível institucional e a reforma das políticas que possam, de facto, alterar os actuais níveis de desigualdade que proliferam entre os países industrializados do Norte do mundo e a pobreza que impera no Sul do hemisfério, sem que a economia global entre em colapso. É, essencialmente, uma alternativa ao comércio convencional, na medida em que promove a justiça social e económica, o desenvolvimento sustentável e o respeito pelas pessoas e pelo meio ambiente, através do comércio, da sensibilização dos consumidores e de várias acções de educação e informação.

Com o intuito de descortinar a aplicação prática do conceito de CJ na sociedade portuguesa, escolhi como objecto de estudo a análise do funcionamento de uma das associações portuguesas que o suportam: a Associação Reviravolta (AR), que dá voz a este movimento na cidade do Porto. Esta associação foi criada com o objectivo principal de difundir os princípios deste movimento, não só através da educação e sensibilização da opinião pública, mas também pela venda de produtos oriundos de produtores que integram esta forma de distribuição alternativa.

2. Sociedade civil e participação social

No início dos anos 90, o cenário da organização da sociedade civil amplia-se e diversifica-se. É neste contexto que emergem entidades auto-denominadas de Terceiro Sector. Os sujeitos colectivos deste sector penetram em micro-espacos onde a acção dos agentes estatais não se consegue imiscuir. Deste modo, esta parcela da sociedade civil exerce um papel de controlo social, fiscalizando as acções do poder público instituído. Entre os actores da sociedade civil estão os movimentos sociais e as organizações não-governamentais, que lutam pela resolução de problemas sociais, ampliação dos direitos políticos e da consciência da cidadania. Estas associações reúnem indivíduos interessados em efectivar a sua condição de cidadãos de uma forma activa, isto é, que pretendem agir e intervir na sociedade procurando, deste modo, transformá-la.

O processo contemporâneo de construção e acção política caracteriza-se, cada vez mais, pelo envolvimento de múltiplos agentes, e não se restringe, somente, às autoridades governamentais e seus representantes, isto é, às organizações governamentais. Surgem novos grupos sociais, de cariz empresarial, ou ainda organizações não-governamentais (ONG). Assistimos a um maior envolvimento de ONG e outros organismos na estruturação de políticas e na formação da opinião pública. O CJ tem como sustentáculo, precisamente, ONG's e associações sem fins lucrativos, que impulsionam a sua divulgação junto da opinião pública, e fazem chegar os seus produtos aos mercados dos países industrializados.



As organizações de tipo associativo são o eixo nuclear de qualquer política de desenvolvimento, na medida em que são um pilar decisivo na construção de solidariedades, são a expressão de uma forma de vida em comunidade, que favorece o exercício da democracia e da cidadania. As associações voluntárias, movidas por fins e metas que não se traduzem na obtenção de lucro, englobam, geralmente, na sua estrutura, a presença de voluntários, que se mobilizam para concretizar fins sociais. A crescente proliferação do movimento associativo passa a ser encarada como um indicador de democratização e maior participação na sociedade civil.

Os defensores de um processo de democratização plena da sociedade, assente na participação dos cidadãos na resolução das crescentes dificuldades com que um grande número de pessoas se debate na sua vida quotidiana (de ordem social, cultural, económica, etc.), afirmam e lutam para que se reconheça a importância crescente do associativismo sob as suas diferentes formas, quer como elemento estruturante da vida comunitária, quer porque o seu impacto sobre a vida do cidadão e da colectividade em geral não cessa de aumentar (inclusivamente, do ponto de vista económico). O associativismo é particularmente favorável ao exercício da democracia constituindo, por isso, um importante factor de construção da nova cidadania e definição da identidade local, e para a integração social e expressão cultural no exterior do sistema economicista dominante.

O CJ, dadas as suas especificidades, assenta numa forte base associativa, de cariz voluntário, ou seja, as organizações que sustentam este movimento são geridas por grupos que não se mobilizam por fins lucrativos. De facto, a divulgação deste movimento concretiza-se, sobretudo, em lojas que comercializam produtos oriundos dos países subdesenvolvidos do Sul do hemisfério. O lucro proveniente das transacções comerciais realizadas nas lojas é reinvestido em todo o processo. Neste sentido, a existência do CJ só é possível através da acção de associações, cooperativas ou organizações não-governamentais.

A pesquisa empírica realizada alicerçou-se na observação de acções, interacções e relações sociais num determinado espaço físico específico, isto é, numa associação. Esse espaço físico, por efeito das representações e construções dos grupos sociais que nele se movimentam e interagem, torna-se num espaço social. De acordo com Pierre Bourdieu (1984), o “campo de forças” onde os agentes definem as suas posições relativas é o espaço social. As relações que nele se desencadeiam dependem das posições adoptadas pelos actores sociais e da avaliação que delas fazem os mesmos actores. No caso desta pesquisa, pretendi avaliar de que forma os diferentes actores sociais (mais especificamente, dirigentes e voluntários) se posicionam no campo de acção da AR, e o modo como avaliam a sua actuação no mesmo.

3. A globalização como processo criador de desigualdades

A globalização personifica a noção instituída de que, actualmente, vivemos todos num único mundo. Giddens sustenta que “estamos a viver um período histórico de transição muito importante”, e que “as mudanças que nos afectam não estão confinadas a nenhuma zona do globo, fazem-se sentir um pouco por toda a parte” (2005: 15). O autor considera que a globalização está a reestruturar as formas de vida como as conhecemos. Esta globalização, segundo o autor, “é dirigida pelo Ocidente, está profundamente marcada pelo poderio político e económico dos EUA, e arrasta com ela consequências muito desiguais”. (idem: 27).

As estatísticas mundiais demonstram que as desigualdades na distribuição da riqueza estão a intensificar-se e que, apesar do fortalecimento dos fluxos mundiais de capital e de trabalho, da extensão dos mercados, da globalização das políticas e dos progressos nas comunicações, as oportunidades para incrementar os padrões de vida são cada vez mais inatingíveis à maioria da população (Hespanha, 2001: 163). E, embora tal seja verdade tanto para os países do Norte como para os do Sul, os países do Sul encontram-se em clara desvantagem. Na Conferência sobre o Financiamento para o Desenvolvimento organizada pelas Nações Unidas, em Monterey, em Março de 2002, os chefes de Estado de cinquenta países reconheceram que os países em vias de desenvolvimento e as economias de transição não estavam a beneficiar



adequadamente do processo de globalização, na medida em que estes países não detinham acesso apropriado aos recursos financeiros necessários para financiar o seu próprio desenvolvimento (Bonaglia, 2006: 107).

Contemporaneamente, o actual sistema de comércio reforça a pobreza global e a reprodução das desigualdades, dado que todo o sistema se orienta nessa direcção. Segundo Bradshaw e Wallace (1996: 2), “a aldeia global apresenta disparidades”. O impacto da globalização sobre o crescimento e a pobreza depende de vários factores, como a qualidade da instrução, das infra-estruturas e das instituições, que não estão directamente relacionados com a política comercial. A vertente comercial é apenas um destes factores.

As desigualdades entre o Norte e o Sul geopolítico não têm cessado de se agravar nas últimas décadas, e a prática do comércio internacional continua a contribuir fortemente para acentuar esta situação. O CJ surge como um mecanismo de regulação do mercado para melhorar a vida dos pequenos produtores dos países em desenvolvimento (Nicholls, 2005: 5). A liberalização do comércio mundial aprofundou as desigualdades entre países do Norte industrializado e países em desenvolvimento do Sul. Para se tornar o comércio mais justo, é urgente alterar as suas actuais estruturas, o que passa por incrementar o acesso dos produtores do Sul aos mercados do Norte, estabelecer preços que permitam aos pequenos produtores manter uma vida digna, reformar as práticas corporativistas e conduzir as empresas a pagar preços justos, aceder ao mercado de forma equitativa, e acabar com a marginalização e exclusão da riqueza proveniente do comércio a que os países subdesenvolvidos têm sido vetados. O CJ preconiza todos estes pressupostos, e estabelece regras comerciais que têm em conta os desequilíbrios entre países ricos e países pobres e, através dessas regras, tenta reequilibrar essa situação iníqua.

4. No mundo da Reviravolta

A primacial finalidade desta associação consiste em divulgar os princípios do CJ na cidade do Porto, através da abertura de espaços de venda de produtos oriundos de produtores que se regem pelas lógicas deste movimento, pela acção na educação das populações, pela promoção e participação em campanhas de sensibilização e pressão política, em nome de um consumo responsável que tenha em conta valores éticos associados à produção e comercialização dos produtos provenientes deste movimento. Apresenta como principais objectivos a informação e formação dos consumidores sobre o CJ, alertando-os para a necessidade de um consumo responsável e solidário, a comercialização dos produtos do CJ, divulgação e sensibilização sobre os princípios e objectivos do CJ, através do contacto com instituições públicas e privadas, promovendo sessões de esclarecimento. As suas actividades mais centrais giram em torno dos locais de venda dos produtos: as lojas (*Worldshops*), feiras e escolas onde, maioritariamente, se desenrolam as acções de formação.

Pretendi perceber o funcionamento da estrutura social da AR. A meta que me propus alcançar foi a de, pela prática, compreender como funcionam as relações estrutura/indivíduo no seio desta instituição. Ou seja, apreender as dinâmicas que se criam na organização, bem como as relações sociais que aí se estabelecem. Ambicionei entender as relações de poder que se estabelecem dentro da mesma, isto é, avaliar se o poder se impõe como forma dominante na estrutura ou se, por outro lado, a estrutura cultural da organização se constrói com base na acção individual e se forma na interacção, na troca de experiências entre agentes e no desempenho de papéis mediados pelas expectativas geradas em torno do indivíduo que o desempenha.

4.1. Os protagonistas da Reviravolta: dirigentes, associados, funcionários e voluntários



A AR é uma organização que assenta numa base de voluntariado larga e consistente, que permite que a associação leve a cabo muitas das suas actividades. Para além de se apoiar numa base associativa, o CJ tem também no voluntariado um dos pilares da sua estrutura.

Na AR existem grupos distintos de intervenientes, ditados, senão de outro modo, pelos menos pelos termos formais dispostos nos estatutos. E também pelos moldes da sua pertença e formas de participação na AR. Relativamente à pertença, distingue-se entre voluntários associados e não associados. No que concerne às formas de participação, estas remetem para a intervenção directa dos protagonistas na vida da AR. Em relação à diferenciação que os estatutos pressupõem, esta divide os protagonistas entre aqueles que pertencem aos Órgãos Sociais da AR e aos que nela não exercem nenhum cargo formal. De entre estes elementos, a minha análise incidiu sobre aqueles que compõem a Direcção da AR, e os voluntários. Tentei determinar qual a posição que ambos ocupam no campo social que é a AR, ou seja, qual o posicionamento que ocupam na estrutura, de que forma se relacionam com a mesma, e que tipo de relação estabelecem com os outros intervenientes, na medida em que, à partida, os dirigentes detêm o poder, enquanto os voluntários não usufruem desse mesmo poder, existindo, portanto, uma relação de poder desigual.

Abordar relações sociais no âmbito de uma organização implica, portanto, reflectir sobre o processamento, nesse mesmo espaço, de relações de poder. Segundo António Teixeira Fernandes (1998: 52), toda a estrutura de acção colectiva se constitui como sistema de poder. Como afirmam Croizier e Friedberg (1981: 32), numa organização complexa, o poder surge não só como dimensão de toda a relação social num campo estruturado, mas como causador da acção social. Estes autores consideram que, visto o poder constituir um mecanismo quotidiano da existência social, está presente em todo o género de interacção social, desde a mais elementar e familiar, à mais complexa e impessoal, ou seja, em qualquer instância do quotidiano em contexto de interacção. Num subsistema social hierarquizado, como é o caso de uma organização dotada de um organigrama e estatutos que estabelecem o poder formal, este cenário acentua-se, dado que existe, desde logo, um desequilíbrio criado à partida pelo distanciamento provocado pela diferença hierárquica. A estruturação gerada pela coesão associada à formação de um campo social pressupõe, logo, diferenciação e desigualdade, o que resulta na formação de relações de poder. As relações de poder baseiam-se no desequilíbrio instrumental, pois apoiam-se no domínio de determinado conjunto de competências por parte de um indivíduo, que assim que as detém, reúne as condições necessárias para exercer o poder sobre os demais indivíduos que actuam no campo social.

Bourdieu (1997) defende que o *habitus* varia de acordo com a posição que o indivíduo ou grupo de indivíduos ocupa no campo. De acordo com esta teoria, indivíduos ou grupos que experienciem processos de socialização difundidos através de sistemas de disposições idênticos irão, tendencialmente, ocupar posições semelhantes no campo social. A posição que o indivíduo ocupa no campo social varia em função da posse de recursos, poderes ou capitais específicos. A proximidade de posições no campo depende da similitude na distribuição destes recursos e capitais.

4.2. Visão dos dirigentes no âmbito dos objectivos e formas de actuação da AR

Na óptica dos dirigentes, o consumidor pode, efectivamente, alterar as condições precárias em que vivem muitos produtores no Sul do mundo, através do acto do consumo. A instrução do consumidor, no sentido de o orientar para um consumo mais ético e responsável, constitui uma forma de educação para o desenvolvimento. E, de igual modo, aproxima o consumidor do produtor, na medida em que “obriga” o primeiro a reflectir sobre a situação do segundo. Numa loja de CJ, o consumidor depara-se com um funcionário ou um voluntário que lhe expõe o porquê da existência desta associação, bem como do movimento que lhe deu origem, alertando-o para o facto do acto de consumo não ser um acto individual, na medida em que afecta todos os protagonistas da troca comercial. O consumidor final é apenas o último elo de toda uma cadeia que tem origem, não raras vezes, no outro lado do mundo. É ambição da AR demonstrar ao consumidor que cada produto tem uma história, a história do produtor que a criou, do seu



país de origem, da situação em que vive. Deste modo, pretende-se que o consumidor entenda o acto de consumo como um acto cívico, e não como uma mera compra, sem quaisquer consequências.

Sob um outro prisma, os dirigentes mencionam uma outra forma de actuação da AR para tornar visível a sua actividade: a pressão política. Apesar de não ser uma das faces mais visíveis nem fulcrais da AR, esta organização preocupa-se em realizar pressão política, quer junto da autarquia em que se encontra sedeadada, quer junto de partidos políticos. A AR não tem relacionamentos institucionais com instâncias públicas. Tem realizado diversas tentativas, nomeadamente com a Câmara do Porto, que se têm revelado infrutíferas. Enviou cartas a todas as forças políticas com autarcas eleitos no concelho do Porto a solicitar uma reunião, não tendo obtido qualquer resposta de nenhuma delas, o que denota que, ao nível da pressão política, esta associação ainda não detém força nem expressividade suficientes que lhe permitam um reconhecimento por parte do poder instituído. Ou seja, esta organização não funciona como um grupo de pressão junto do poder político, ou pelo menos não é reconhecida como tal, na medida em que não lhe é prestada grande atenção, nem atribuída grande relevância à sua acção.

O voluntariado adquiriu, nos últimos anos, um protagonismo relevante nos países ocidentais, essencialmente marcados por uma cultura individualista. Na sociedade actual, o voluntariado assume um espaço próprio de actuação, situando-se a sua acção num nível de complementaridade do trabalho profissional, e da actuação das instituições. Nesta associação, o papel que os voluntários cumprem é, precisamente, esse: complementam a actividade profissional exercida a tempo inteiro pelas funcionárias, permitindo, deste modo, que a instituição mantenha o seu normal funcionamento.

Os voluntários sociais são pessoas que dão parte de si e do seu tempo em prol da comunidade, e que colaboram para a melhoria e transformação da realidade social (Bouzas, 2001: 5-6), e que correspondem ao exercício da cidadania. Neste sentido, voluntário é aquele “que actua desinteressadamente, com espírito responsável, sem remuneração económica, numa acção realizada em benefício da comunidade” (idem: 11). Ser voluntário implica uma acção social. O voluntariado social pode, então, ser entendido como um serviço gratuito e desinteressado, que advém de tripla conquista da cidadania: como um exercício da autonomia individual, da participação social e da solidariedade. Na AR, os voluntários desenvolvem tarefas de forma esporádica e pontual, a tempo parcial, e de forma gratuita. A AR acolhe uma extensa rede de voluntários, o que lhe permite manter o seu funcionamento e expandir os seus campos de actuação a feiras, serviços de *coffee-break* e palestras de educação para o desenvolvimento, extravasando, deste modo, o seu local habitual de actuação, que se circunscreve às duas lojas que dirige. Os voluntários possibilitam, de facto, que a actividade comercial das lojas se mantenha ininterruptamente, as lojas laboram sete dias por semana. Neste sentido, a acção dos voluntários nesta organização, na óptica dos dirigentes, é fulcral. O corpo de voluntários está inserido em todas as esferas de actuação da AR e, por vezes, são os próprios quem toma a iniciativa de informar a Direcção sobre um qualquer evento do seu conhecimento em que a participação da AR poderá ser pertinente e oportuna. No entanto, os dirigentes constataam que a forma de participação dos voluntários se restringe, na maioria dos casos, à vertente comercial, sendo que consideram que o seu contributo poderá ser, igualmente, válido no âmbito da educação e sensibilização fora das lojas. Na sua perspectiva, os voluntários correspondem às solicitações que lhes são dirigidas, mas preponderantemente para a permanência nas lojas. Os dirigentes pretendem, portanto, que se efectue um alargamento da participação e das funções dos voluntários.

Maioritariamente, os voluntários integram-se na AR através da passagem pelas lojas. Quando entram na loja, a funcionária ou o voluntário presente que, por norma, se pronuncia sobre a causa do CJ, os seus princípios e sobre os objectivos desta organização específica, informa também o cliente da particularidade de esta associação englobar voluntários nas suas fileiras. E, muitas das vezes, é aqui que principia o envolvimento do futuro voluntário com a instituição. Outros conheceram a organização através dos *media*, o que sucedia mais no primórdios da organização do que actualmente, na medida em que esta associação tem vindo a perder visibilidade junto da comunicação social. Uma outra forma de adesão e participação consiste na angariação de voluntários através de contactos pessoais daqueles que já colaboram na



organização. A AR acolhe muitos voluntários que são estudantes universitários, o que vem na esteira do que preconiza Claus Offe (1985), que entende que os estudantes, nomeadamente os do ensino superior, encontram-se munidos de recursos mais capazes de criticar e intervir nos modos técnicos, económicos, militares e de modernização política, bem como nas respectivas instâncias institucionais. Também Bradshaw e Wallace (1996: 202) referem que “os estudantes universitários são alguns dos mais activos e melhores voluntários em qualquer sítio”. Uma considerável fatia do corpo voluntário é constituída por jovens, que cumprem uma acção relevante e desempenham um papel curial na prestação das actividades desta associação, o que acompanha a ideia ilustrada por Braga da Cruz (1995: 327) de que os jovens, organizados política e socialmente, destacam-se na participação em Portugal, mais especificamente na interpelação do sistema político vigente, em níveis muitas vezes superiores ao de outros países democráticos. Os voluntários transformam-se, deste modo, em agentes de mudança social, protagonizando uma “contracultura de solidariedade” (Bouzas, 2001: 10).

4.3. Representações sobre a participação dos associados e voluntários

Os dirigentes gostariam que os associados fossem mais interventivos, mais participativos na vida quotidiana da AR. Apesar de serem considerados fundamentais para a consecução das metas delineadas pela AR, os associados são encarados pela Direcção como elementos pouco participativos nas suas actividades. A sua função é crucial no que toca ao campo das resoluções, mas muito pouco frutuosa no que concerne à acção, à participação activa propriamente dita. A maior parte dos associados mantém-se à margem da vida quotidiana da AR. E é neste ponto que os dirigentes detectam uma incongruência ao nível dos voluntários que não são associados. Existem, nesta organização, associados que não são voluntários, e também voluntários que não são associados, o que provoca algum desconforto no seio da Direcção da AR. Isto porque, sendo os associados quem decide sobre o rumo da AR, e visto que sua participação nas actividades promovidas é escassa, o futuro da AR está permanentemente em risco. Daí, referem, surge a necessidade premente de todos os voluntários se converterem também em associados: se os voluntários participam e cooperam em todas as esferas de actuação da AR de uma forma efectiva e regular, competelhes também, à luz do discurso da Direcção, usufruir do poder decisório sobre o rumo a seguir pela AR, ou seja, intervir directamente nas resoluções que afectam o seu futuro. Face à parca interferência dos associados na execução das tarefas da AR, a ascensão dos voluntários à condição de associados permitiria aos dirigentes encarar o futuro da AR com uma maior confiança, segurança e serenidade, o que não acontece. A seu ver, devido ao facto de esta premissa ainda não ser uma realidade, o futuro da AR não se encontra assegurado, na medida em que, para se fazer parte de qualquer dos Órgãos Sociais da organização, é condição *sine qua non* ser-se associado. Se os voluntários, que são intervenientes directos na vida da AR, que asseguram o seu funcionamento diário, assim como as actividades por ela promovidas, se transformarem em associados, poderão, deste modo, integrar uma futura Direcção. Caso contrário, poderá ocorrer uma situação em que não haja associados interessados em assumir esse cargo determinante, o que conduzirá, inevitavelmente, à extinção da AR.

4.4. Satisfação dos dirigentes face à sua participação na AR, e grau de satisfação relativamente ao desempenho da instituição

Se a satisfação no trabalho é uma percepção dos sentimentos individuais e, como tal, filtrada pelos sistemas individuais de valores, normas e expectativas (Neves, 1996: 311), pretendi indagar sobre os níveis de satisfação que os dirigentes obtêm com o seu desempenho nesta organização. De um modo geral, revelam-se satisfeitos com a sua acção no seio da AR, embora denotem um certo sentimento de frustração por não serem capazes de fazer “algo mais”. Referem que gostariam de participar mais, mas que tal não é possível, na medida em que, sendo voluntários, e todos terem uma actividade profissional, lhes falta tempo livre para dedicar à AR. A vida associativa, no caso desta organização, absorve muito do tempo livre de que os seus dirigentes dispõem. Aliás, esse factor é muito mencionado por estes protagonistas. As tarefas que



têm de coordenar e também de concretizar são imensas, o que lhes provoca um certo desgaste e, em alguns casos, até a exaustão. Consideram que o tempo que oferecem à AR é doado por sacrifício das suas vidas pessoais, e até profissionais.

Relativamente ao desempenho da AR, é visível o contentamento face aos resultados obtidos. Embora reconheçam que a AR, pelos sete anos de actividade que já leva, poderia ter conseguido uma maior visibilidade ao nível da sociedade civil, e um melhor reconhecimento por parte do poder político local, não escondem o orgulho por tudo o que foi alcançado, especialmente por se concretizarem tantas metas sem qualquer tipo de apoio. Esse orgulho decorre do reconhecimento do seu próprio trabalho, do seu esforço em prol de uma causa e de um projecto em que acreditam. No entanto, manifestam uma certa apreensão relativamente ao futuro da AR, na medida em que esta organização, a seu ver, ainda não está consolidada, pois encontra-se num estágio de crescimento.

4.5. Posicionamento face ao actual processo de globalização

Tendo em conta que o CJ é um movimento que emergiu numa sociedade globalizada, considere ser pertinente auscultar qual a opinião dos dirigentes desta associação sobre o actual processo de globalização. Colocados perante esta questão, os dirigentes, de um modo geral, não se expressam contra a globalização. No entanto, confessam-se desagradados com a vertente económica do sistema dominante. A sua visão do fenómeno global apoia-se em dois segmentos distintos: o “lado bom” da globalização, e o “lado mau”. Ou seja, os dirigentes da AR sustentam que a globalização é um processo bipartido, que se fragmenta em duas polaridades: vantagens e desvantagens. Relativamente às vantagens, enunciam o estabelecimento de uma rede de comunicação rápida, e da circulação célere da informação, e desvantagens, nomeadamente no que concerne às regras aplicadas às transacções comerciais.

No entanto, também manifestam as suas opiniões sobre os efeitos nefastos da globalização: a globalização mata o local, escraviza as pessoas, e o proteccionismo que este fenómeno protagoniza aniquila os países pobres. E é aqui que entra o CJ, é no âmbito dos danos provocados pela globalização que o CJ encontra o seu raio de acção: jogando pelas mesmas regras ditadas pelo mercado global, o CJ tenta, por seu turno, alterá-las. Estando dentro desse mercado, o CJ procura modificar as regras do jogo. A Direcção da Reviravolta demonstra, perante o processo de globalização, um descontentamento relativamente às desigualdades que esta provoca, entre países do hemisfério Norte, mais desenvolvidos e com grandes concentração de capital, e países do hemisfério Sul, pouco desenvolvidos e descapitalizados a vários níveis, como o económico, o cultural e o tecnológico.

5. Reflexões finais

Concluí que os protagonistas, voluntários e dirigentes, identificam-se, principalmente, com o movimento, e mantêm-se na AR pela causa. A sua postura é a de assumir um acto de solidariedade para com os outros, e o compromisso de trabalhar por uma sociedade justa. A AR é, portanto, um veículo de difusão do CJ, uma forma de se trabalhar em prol deste movimento. Não obstante, pelas características que apresenta, pelas suas formas de actuação, especialmente em escolas, no sentido de informar, educar as populações, principalmente as camadas mais jovens, promove um nível de intervenção na sociedade civil, assim como incita à participação social dos cidadãos. A AR visa, através da sua acção de sensibilização das populações, levar o CJ a um público cada vez mais vasto, ou seja, pretende atingir um alargamento de público. Procura, deste modo, formar consumidores vocacionados para um consumo mais ético, responsável e sustentável.

Internamente, existe bastante flexibilidade na estrutura organizativa, o que possibilita que os seus dirigentes organizem a sua forma de participação de acordo não só com as necessidades da AR, mas também em função da sua própria disponibilidade, tendo em conta que todos os elementos do corpo dirigente são



voluntários. Os dirigentes constituem, então, um grupo de voluntários com uma forte participação na vida da AR. Aliás, os dirigentes assumem não só as responsabilidades inerentes ao cargo que ocupam, como também as acumulam com tarefas que são parte integrante da vida quotidiana da AR. Tal significa que a AR se debate com dois graves problemas que poderão afectar, a médio prazo, o seu futuro: a falta de pessoal remunerado a quem delegar tarefas, dado que apenas possui três funcionárias, e a sobrecarga que pesa sobre os seus dirigentes. Este sobrepeso poderá conduzi-los a um estado de exaustão que, eventualmente, poderá traduzir-se num abandono dos seus cargos. Neste caso, estaríamos perante um efeito perverso, uma vez que o excesso de dedicação, por parte do corpo de dirigentes para manter a AR em funcionamento, poderia levar a uma ruptura no seio da mesma, em virtude um estado de esgotamento latente.

Nesta associação, os voluntários e funcionárias são fulcrais, a sua acção é indispensável à sua manutenção, sobrevivência e continuidade no tempo. Só através da acção destes elementos a AR continua a perdurar. Os voluntários desempenham um papel verdadeiramente fundamental numa associação que vive da sua boa-vontade. Na medida em que não dispõe de efectivos suficientes para levar a cabo todas as tarefas e acções que a suportam, a AR vive no limbo, sempre dependente da (in)disponibilidade do seu contingente voluntário. Neste campo, as dificuldades que a AR atravessa são imensas, pois a falta de recursos humanos remunerados e as suas carências financeiras ditam esta relação de dependência de um trabalho que nem sempre é exercido de uma forma regular.

Verificou-se que a AR envolve voluntários que intervêm no seu quotidiano de forma distinta, isto é, existe uma pluralidade de formas de actuação no seio da organização. Os dirigentes, que não só assumem a função de deliberação e de uso do seu poder decisório, mas que também participam na grande maioria das acções levadas a cabo pela organização, sejam estas a realização de turnos nas lojas, participação em feiras ou em *coffee-breaks*, aproximam a sua acção no seio da organização à que é protagonizada pelos voluntários. Neste sentido, é legítimo afirmar que existe uma fraca diferenciação entre dirigentes e voluntários, o que estabelece uma fronteira ténue entre ambos, em termos de participação activa nas actividades desenvolvidas. Por outro lado, nos processos de tomada de decisão, essa linha ténue deixa de existir, sendo substituída por um fosso profundo: os voluntários não possuem qualquer tipo de poder de decisão nesta organização, excepto aquele que lhes é conferido pela sua condição de associado, e que lhes atribui o poder decisório sobre os destinos da AR. Porém, e como uma larga franja de voluntários não é associada, não dispõe, sequer, deste poder. Ou seja, se é possível afirmar que é visível uma fraca diferenciação entre corpo dirigente e contingente de voluntários, em termos de similitude de tarefas desempenhadas no quotidiano da AR, isto é, de participação nas actividades levadas a cabo pela organização, não é permissível confirmar um pressuposto de igualdade no que concerne aos processos de tomada de decisão.

No discurso de todos os dirigentes é notória a relevância que as escolas arrecadam junto da instituição. Quando questionados sobre a quem se dirige a AR, qual é o seu público-alvo, todos sem excepção respondem que a população estudantil é aquela para quem a estratégia da AR se direcciona. E este facto está patente nas solicitações que recebem, no que concerne a acções de sensibilização, que são, maioritariamente, requisitadas por professores. Também a realização de feiras ocorre, preponderantemente, no palco escolar. A educação das camadas jovens, a formação de consciências sociais mais iluminadas, assim como o exercício de uma cidadania mais participativa e a formação de cidadãos e consumidores eticamente mais responsáveis, são grandes metas desta organização.

Bibliografia

BONAGLIA, Federico (2006) e Andrea GOLDSTEIN, “Globalização e Desenvolvimento”, Lisboa, Editorial Presença



- BOURDIEU, Pierre (1997), *Razões práticas: sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Editores.
- BOURDIEU, Pierre (1984), *Questions de Sociologie*, Les Éditions de Minuit
- BOUZAS, Miguel Angel Mesa (2001) e Grupo Herramientas Nueve, *O que é o voluntariado*, Paulinas
- BRADSHAW, York W. e Michael WALLACE(1996), *Global Inequalities*, Pine Forge Press
- CROIZIER, Michel, e Erhard FRIEDBERG (1981), *L'acteur et le système*, Paris, Seuil
- CRUZ, Manuel Braga da (1995), *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Lisboa, Bertrand Editora
- FERNANDES, António Teixeira (1998), *Os Fenómenos Políticos: Sociologia do Poder*, Porto, Edições Afrontamento
- GIDDENS, Anthony (2005), *O Mundo na Era da Globalização*, , 5ª ed., Lisboa, Editorial Presença
- HESPANHA, Pedro (2001), “Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social”, in *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Edições Afrontamento
- NEVES, José (1996) *et al*, *Psicossociologia das Organizações*, McGraw Hill
- NICHOLLS Nicholls, Alex (2005) e Charlotte OPAL, *Fair Trade: Market-Driven Ethical Consumption*, Sage Publications.
- OFFE, Claus (1985), “New Social Movements: challenging the boundaries of institutional politics”, in *Social Research*, vol. 52